

A AMÉRICA LATINA NO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Fabricia Carla Viviani¹

Área Temática: Teoría Política

Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

¹ Correo electrónico: fabricia.viviani@ifms.edu.br. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Ponta Porã. Brasil.

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar uma síntese da ideologia varguista acerca da industrialização no Brasil, entre 1930 e 1945, e relaciona-la à leitura que o Governo Vargas realizou dos países vizinhos. Isto é, pretende-se problematizar qual o lugar da América Latina no projeto de desenvolvimento pensado por esse estadista ao longo desses anos. Observa-se que nesse período o governo operacionalizou a transição de um discurso oficial defensor do agrarismo para uma veemente defesa da indústria e, em torno desse ideal, edificou o projeto de industrialização brasileiro. Nessa conjuntura nossa proposta é de tentar detectar algumas evidências de como o governo Vargas articulou os interesses de superação do atraso brasileiro – entendido como uma consequência da posição do país na divisão internacional do trabalho – ao fato desses países latino-americanos comungarem de uma mesma herança colonial e, portanto, com suas particularidade, terem construções históricas semelhantes em relação ao desenvolvimento do capitalismo. Estaria o Governo Vargas pensando numa integração da América Latina para a superação conjunta dessa herança ou sua posição era o favorecimento do projeto brasileiro? Como essa simbiose está presente no discurso oficial? Sendo assim, propomos discutir essas questões a partir da produção discursiva do líder político Getúlio Vargas em sua principal obra política: *A Nova Política do Brasil*. Durante o Estado Novo, o governo getulista reuniu discursos, pronunciamentos, manifestos e entrevistas proferidos em seu primeiro governo e utilizou como um mecanismo de veiculação das percepções e intenções publicamente declaradas pelo governo em diferentes momentos e circunstâncias do período.

1. Introdução

Os dois governos de Getúlio Vargas no Brasil foram determinantes na transição de um país agrário para um país industrial. Ainda que não localizamos uma efetiva industrialização nesse período, o fato é que esses governos operacionalizaram no interior do Estado brasileiro uma guinada ideológica em direção à industrialização e um abandono da defesa do exclusivismo agrário. Tanto no primeiro (1930-1945) quanto no segundo (1951-1954), a denominada *Era Vargas* se constituiu em protagonista nas mudanças engendradas após a Revolução de 1930 em direção ao capitalismo industrial no país.

Embora possamos perceber um contínuo entre seus dois governos, há que se ressaltar que em cada período, Getúlio Vargas, como chefe da Nação, não teve a mesma atuação, adequando-se às necessidades conjunturais da correlação de forças políticas e do desenvolvimento capitalista no Brasil. Se pensarmos apenas em seus momentos históricos, há três grandes fases fundamentais somente no primeiro Governo Vargas (1930-1945): 1) fase inicial do governo provisório (1930/1934), da tomada de poder aos trabalhos da Constituinte de 1934; 2) fase constitucional (1934/1937) da promulgação da Constituição Federal de 1934 ao golpe de 1937; e 3) período do Estado Novo (1937/1945), da implantação do governo autoritário à queda de Getúlio. Por outro lado, seu segundo governo, proporcionado por massiva aprovação nas urnas, apresentou diferentes estratégias de atuação para consolidação de um projeto nacional iniciado nos anos 30 e 40.

Justamente por esse projeto ter sido configurado em seu primeiro governo é que ele se torna nosso objeto de estudo. Ora no intervalo de quinze anos do primeiro Governo Vargas - 1930/1945 - já eram perceptíveis os delineamentos de uma sociedade com fortes entonações modernas. Transitamos do modelo mercantil exportador à sociedade urbano-industrial; do ultrafederalismo ao centralismo; de Estado patrimonial a Estado burocrático moderno; de poderes locais à construção da ideia de nação e nacionalidade; do liberalismo caricato à construção do Estado como agente econômico e mediador dos conflitos sociais, sob concepções orgânicas e corporativistas.

A primeira fase da Era Vargas também operacionalizou a rotação de sentido entre tensões restritas ao escopo sócio- político (Aliança Liberal) para a esfera econômica (projeto desenvolvimentista de base industrial), no qual ocorreu uma mudança ideológica profunda e muito significativa, com progressivo distanciamento dos ideais liberais – marca da Primeira República – e paulatina inclinação ao modelo intervencionista de planejamento e de defesa da industrialização. Portanto, a partir da década de 1930, a industrialização estabeleceu-se, paulatinamente, como *valor ideológico* na medida em que significou uma prioridade para a Nação que se gestava, e operou um movimento estratégico de deslocamento da *vocação agrária* para a *vocação industrial*.

Nesse ínterim, se tornou objeto de estudo de muitos pesquisadores a observação da transição de um país de economia agroexportadora, fundamentada na “vocação agrária”, para um país que buscava recursos (políticos ou econômicos) a fim implementar um projeto de industrialização.

Um amplo conjunto de pesquisadores produziu uma gama de interpretações que apontou a Era Vargas e como chave na construção da modernização brasileira. Não por acaso, a literatura que associa Era Vargas à industrialização é igualmente extensa e destaca a vinculação de seus Governos – em ambas fases 1930-1945 e 1951-1954 – à construção da *ossatura do Leviatã*, forjadora do processo de desenvolvimento industrial via protagonismo do Estado. Autores como Furtado (1975), Tavares (1972), Peláez (1972), Draibe (2004), Fonseca (2003; 1989), Suzigan (2000), Diniz (1978), Corsi (2008; 2000), Bastos (2011; 2005), Fiori (1990), Bielschowsky (2000) debruçaram sob a tentativa de identificar a ação do Governo Vargas como articulador desse modelo de desenvolvimento.

Portanto, há consenso de que o eixo dessa inflexão passou pela Era Vargas, quer seja entre 1930-1945 (constructo ideológico), quer seja entre 1951-1954 (busca da efetivação). Foi nesse interregno que o Brasil passaria a desenvolver um projeto que consolidasse a industrialização, entendida como modelo de superação do atraso.

Tomando como ponto de partida essa guinada em direção à industrialização, a questão central que propomos discutir nesse artigo é realizar uma primeira problematização acerca das relações entre o projeto delineado por Vargas e a América Latina. Nossa pergunta de investigação consiste em: qual o lugar da América Latina no projeto de desenvolvimento varguista? Como o Governo passou a dialogar com os

países latino-americanos e quais as estratégias de atuação em relações a eles? A hipótese que sustentamos é a de que o governo Vargas visualizou a integração comercial, sobretudo, com países vizinhos como extremamente necessárias na lógica de desenvolvimento e expansão do capitalismo industrial no Brasil. Ao que tudo indica havia três pontos centrais nessa relação: controle\|aquisição de matérias primas; escoamento da produção industrial brasileira; e conquista de mercado consumidor. Para atingir esses objetivos, o Governo Vargas apostou fortemente no desenvolvimento dos transportes, ferrovias e bacias fluviais, para integrar o Brasil aos países vizinhos. Por isso, o fortalecimento da região como zona de comércio seria igualmente relevante para atingir esses propósitos.

Como captar essa dinâmica de atuação? Qual metodologia adotar para apreensão dessas relações? Dentre as possibilidades, optamos por analisar a produção (texto) e as condições de produção (contexto) discursiva de Getúlio Vargas, por considerá-la como expressão de elementos subjacentes ao processo histórico em que foi realizada. Para tanto, invocamos *A Nova Política do Brasil*, coletânea de onze volumes, contemplando discursos proclamados por Vargas entre 1930 e 1945, mas que foram selecionados e publicados entre os anos de 1938 e 1947. Essa obra política integrou ao universo ideológico do regime por meio da estratégia discursiva – sempre acompanhada pelo protagonismo pessoal de Getúlio Vargas – tornando-se mais evidentes durante o Estado Novo, quando se iniciou um processo mais ofensivo de propaganda política.

Portanto, a coletânea *A Nova Política do Brasil* mescla discursos oficiais, pronunciamentos públicos, manifestos à Nação, entrevistas a jornais brasileiros e internacionais, discursos de improviso, resumos de visita aos estados brasileiros e aos países fronteiriços. Possui conteúdo diversificado e mantém variados assuntos e temas abordados, alguns com uma diversidade maior, outros de forma mais resumida. Sendo assim, abaixo apresentamos ao leitor uma visão geral dessa obra para que, em seguida, possamos abordá-la mais detidamente. O conjunto desta publicação é constituído por 11 volumes, que circularam entre 1938 e 1947, com o período de cobertura entre 1930 e 1945. No total, há 277 discursos distribuídos em 3170 páginas.

As edições de *A Nova Política do Brasil* iniciaram-se em agosto de 1938, recuperando a trajetória dos pronunciamentos de Vargas desde 1930, capturando e condensando, retroativamente, o movimento da política brasileira pós Revolução de 1930 e os momentos do governo até o período do entorno do golpe de 1937. Assim, a obra surge em bloco, com cinco volumes, publicados na seguinte ordem: setembro de 1938 surgem os volumes I, II, III e V; em novembro de 1938 é lançado o volume IV. Portanto, os cinco primeiros volumes da coleção trazem os discursos de Vargas entre 1930 e meados de 1938. Os volumes VI e VII foram publicados em agosto de 1940; o volume VIII, em outubro de 1941; o volume IX, em julho de 1943; o volume X, em outubro de 1944; e o volume XI, em janeiro de 1947. Esses volumes compreendem do segundo semestre de 1938 até o discurso de renúncia de Vargas, em 30 de outubro de 1945. Portanto, após o início da coletânea, em 1938, não houve publicações nos anos de 1939, 1942 e 1945, sendo o último volume publicado apenas em 1947.

A Nova Política do Brasil apresenta discursos que foram elaborados de forma consciente, orientada e planejada racionalmente para a disputa política e para fazer publicidade do primeiro governo Vargas. Nesses discursos oficiais detectamos uma significativa movimentação dessas questões no campo das ideias e consideráveis ponderações acerca dos temas que nos interessa aqui: relações entre projeto varguista e América Latina.

Para tanto, o presente texto está dividido em duas partes: a primeira traz uma breve apresentação do primeiro Governo Vargas, com base em literatura especializada, e os traços do projeto industrializante do governo em relação da transição da vocação agrária para a vocação industrial; a segunda busca esboçar a relação entre países da América Latina e a industrialização brasileira, apontamentos que estão ancoradas nos discursos oficiais do primeiro Governo, condensados na referida coletânea.

2. O Primeiro Governo: a guinada industrialista (1930-1945)

No início da década de 30, a Revolução e seus desdobramentos configurariam as bases de transição para o processo de modernização acelerada no Brasil: altas taxas de crescimento, transformação da economia agrícola em economia industrial, passagem de um Estado patrimonial a um Estado burocrático moderno. A mesma fase provoca também um deslocamento no campo político, com a ruptura da primeira versão do liberalismo no Brasil (a crise da Primeira República) e a aproximação com as concepções orgânicas e centralizadoras do Estado.

A Revolução de 1930 desencadeou, portanto, o processo que marcou a fase de transição no Brasil do modelo mercantil exportador à sociedade urbano-industrial; de Estado patrimonial a Estado burocrático moderno; de poderes locais à construção da ideia de nação e nacionalidade; do liberalismo caricato à construção do Estado enquanto agente econômico e mediador dos conflitos sociais. Conforme Diniz, os anos 30 definiram os direcionamentos do desenvolvimento brasileiro:

No plano da economia, a principal mudança foi no deslocamento do eixo do polo agroexportador para o polo urbano-industrial. No plano político, verificou-se o esvaziamento do poder dos grupos interessados em manter a preponderância do setor externo no conjunto da economia paralelamente à ascensão dos interesses ligados à produção para o mercado interno. Em outros termos, configurou-se uma mudança na coalizão de poder mediante o ingresso de novos atores, as elites industriais emergentes, ainda que as antigas elites não tenham sido desalojadas. Coube a primeiro governo Vargas administrar esse processo de transição (DINIZ, 1999, p.25).

Getúlio Vargas estava no centro dessa mudança, pois o movimento revolucionário de 30, eixo dessa inflexão, projeta Vargas como líder da revolução gloriosa, sob bandeira reformista, passando a forjar as bases e arquitetar um novo arco

de alianças políticas. Mas compreender as metamorfoses de Vargas enquanto liderança política e articulador desse processo, assim como as mutações que marcam seu primeiro governo, implica o entendimento de todo esse período como um longo processo de transição. Ainda que seu despontar estivesse relacionado com o episódio de 30, dado que as transformações ocorreram a partir dele, isso não significa considerar que essas pretensões estivessem, necessariamente, em suas bases formuladoras ou nas suas motivações fundantes.

A Aliança Liberal, aglutinação entre forças diversificadas que conduziu Getúlio Vargas ao poder em 1930, já simbolizava as incertezas da década que se abria e traria em seu íterim a luta entre diversos atores e diferentes projetos ainda pouco definidos, uma vez que seu programa era ainda vago e apontava remotamente os caminhos para uma ruptura institucional com o regime precedente. A ação de Getúlio buscou apaziguar as hostilidades entre os diversos grupos e, concomitantemente, impor algumas características fundamentais para a manutenção de um regime inicialmente discricionário.

Nesse sentido, nos primeiros momentos subsequentes à Revolução, a missão de proporcionar sustentabilidade ao novo governo e dar unidade a essas forças múltiplas, passariam pela construção ideológica ao diferenciá-lo do período anterior. A estratégia foi projetar uma imagem do velho associado à Primeira República cuja estrutura deveria ser destruída para se efetivar a verdadeira e Nova República brasileira – aquela desencadeada com a Revolução de 30, cuja maior expressão era Vargas. Tal discurso teve tamanha envergadura que arraigou numa expressiva parte da historiografia brasileira a ideia de República Velha em oposição à Nova República, termo amplamente difundido e incorporado em diversos trabalhos. Essa permanência comprova a vitória ideológica de Vargas não apenas no período específico como também entre aqueles que se propõe realizar uma interpretação sobre o período em questão.

A rigor, nesse contexto, como aponta Eli Diniz (1999), Vargas utiliza estrategicamente as ideias de justiça social e do discurso de liberdade e igualdade políticas, colocando-se aos desafios de suprimir as desigualdades sociais pertencentes à sociedade brasileira e oriundas do período precedente. Concomitante, a discussão perpassava também a oposição ao modelo liberal da Primeira República. Ressaltar o fracasso dos pressupostos liberais que sustentara o sistema oligárquico e colocá-los como inimigos dos interesses nacionais era um intenso argumento para ratificar uma nova postura do Estado (forte e centralizado). Nessa esteira as ideias autoritárias, como as de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, tornavam-se cada vez mais afinadas com o contexto que emergia.

Ademais, era necessária legitimidade para comportar o emaranhado de atores envolvidos em torno de um novo pacto. A diversidade da coligação seria um dos principais fatores da instabilidade política do início dos anos 30, configurando uma crise das forças políticas em relação aos projetos de futuro, em grande medida, permeados pela dualidade centralismo/federalismo.

Segundo Camargo (1999), os conflitos regionais e as disputas políticas em torno do processo de reconstrução institucional e, portanto, da modernização do Estado, definiam o ritmo da agenda na primeira metade dos anos 30. A pauta central era o interesse regional impresso nessa nova conjuntura, ou como coloca Gomes (1980), era disputa entre o “velho” binômio centralização/descentralização, expressando a disputa entre o federalismo e o centralismo.

No processo político, essa problemática não envolvia apenas a autonomia dos Estados, mas expressava a participação no poder e os modelos de organização do Estado. Desde o início, esse aspecto foi percebido pelos “tenentes”, uns dos principais atores do processo revolucionário de 1930 e maior expressão política e organizacional do projeto centralista. Para o referido grupo, não apenas a centralização, mas também o regime ditatorial era, inicialmente, o principal instrumento para garantir as reformas institucionais e sociais no Brasil. Não por acaso, os “tenentes”, aliados de Vargas, serviriam de “égide política” do Governo Provisório, especialmente no Estado de São Paulo, maior foco de resistência oligárquica do setor agroexportador.

Vários elementos institucionais foram sendo criados para garantir o fortalecimento do poder central, ressignificar o pacto e delinear o projeto nacional, forjado a partir de então. Para o governo Vargas a defesa incessante da centralização e do fortalecimento do Executivo era estratégica, elementos garantidos também pelo Código dos Interventores, cujo objetivo era direcioná-los, e conseqüentemente a lógica estadual, e subordiná-los ao poder central. Como coloca Fausto (2010, p. 327), “a irradiação agora iria do centro para a periferia, e não periferia para o centro”, marcando o deslocamento do poder dos Estados para o governo central.

Por outro lado, a centralização correspondia à necessidade de construção da ideia de Nação, de institucionalização dos conflitos políticos e sociais, de montagem da moderna máquina estatal, enfim, dos direcionamentos do desenvolvimento econômico. Mas do que disputas políticas, portanto, essa dualidade centralismo/federalismo indicava o esboço de projetos distintos, dentre os quais o modelo centralizador e intervencionista, defendido por aqueles imerso ao processo revolucionário, sobretudo por Getúlio Vargas, e imprimia os direcionamentos do Estado e da construção da ideia de “Nação”.

Nesse sentido, o elemento centralizador e intervencionista transcende os limites do bloqueio ao retorno das oligarquias tradicionais na medida em que se torna uma ideologia do novo regime. Naquele contexto, significava um dos pressupostos para a edificação de novo pacto e um novo projeto, porque é ele que passa a garantir a institucionalização e direção de todas as esferas sociais. Qual fosse o sentido de tal projeto, Getúlio asseguraria sua execução pelo caráter centralizador e pela postura intervencionista do Estado. Nas palavras de Fonseca (1989, p. 188), o “intervencionismo, assim, passou a ser parte de uma concepção ideológica, ou seja, encarado como necessário para atingir um fim desejado”.

Esses vários atores e projetos que se abrigavam no Estado geravam uma engenharia política permeada pela “solução de compromisso”, em que uns logram mais que outros, mas que de alguma forma foram acomodados/cooptados no novo pacto, via institucionalização das questões políticas, econômicas e sociais, no qual Getúlio Vargas era eixo operador.

Assim, no intervalo de quinze anos, 1930/1945, o Estado brasileiro passou de federal/oligárquico a nacional/centralizado. Suas principais tendências do desenvolvimento seriam a centralização político-administrativa e a modernização institucional. No entanto, além de acomodar os interesses de alguns setores, a centralização teria também uma finalidade de racionalidade administrativa. A máquina estatal se moderniza e amplia suas áreas de intervenção sobre a sociedade, transformando-se no Leviatã e edificando seus monopólios.

Nesse ínterim, na condição de chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas enfrentou as incertezas e a instabilidade da primeira metade dos anos 30, ocasionadas pela diversidade de forças inseridas na arena política e na rearticulação do pacto social subjacente ao contexto. Com “confronto e compromisso” articulou-se diante do conflito armado de 1932, do lócus do processo constitucional de 1933-34, da consolidação da Carta de 1934, rearticulando sempre à revelia das classes populares.

Forçado a conviver com o período e as garantias constitucionais, transformou a organização comunista num perigo para “a nação”, justificou a Lei de Segurança Nacional, de 1935, e alicerçou a legitimidade do Golpe de 1937 e a criação do Estado Novo. A partir do fechamento do Congresso e da outorga da nova carta constitucional, o regime ditatorial varguista silenciava as vozes dissonantes na sociedade, tornava legítimo o poder cesarista de Vargas, acentuava o poder dos técnicos, da burocracia, dos gerentes e administradores, com resguardo do apoio decisivo das Forças Armadas.

Com o Golpe de 1937, não apenas erguia-se a estrutura burocrática do Leviatã e a liderança pretensamente incontestada de Getúlio. No Estado Novo, a economia adquire um novo patamar uma vez que o projeto industrial já integrava as orientações das ações estatais, condicionando um modelo de modernização cujo propósito era a saída de uma situação – agrarismo – e início de outra – industrialismo. Por outro lado, a política estadonovista desenvolveria uma estreita relação com as massas trabalhadoras, construindo fortes elementos de identificação entre regime, Getúlio Vargas e trabalhadores.

O Estado Novo condensa uma guinada em relação à economia, forjando um novo modelo de desenvolvimento brasileiro, particularmente conservador. Acomodaram-se as forças vinculadas ao modelo agrário e ao modelo industrial, seja pela intocabilidade de alguns interesses vinculados à estrutura fundiária, seja pela guinada à industrialização enquanto modelo de desenvolvimento nacional condensado no Estado.

Para observar o momento de output desse processo que se abre em 1930, valemo-nos das interpretações de Draibe (2004), que ao privilegiar uma abordagem dos aspectos políticos e institucionais, evidencia no período entre 1930 e 1945 medidas que apontam a vinculação do Estado ao projeto industrialista. Se por um lado, as primeiras medidas remetiam na federalizar da política cafeeira com a criação de órgãos como o Conselho Nacional do Café, resultante da necessidade de diminuir o poder das oligarquias regionais e da necessidade de resolver os problemas gerados pela crise mundial; por outro, houve a criação de um conjunto de órgãos de planejamento relacionado à industrialização. São exemplos o Departamento Administrativo do Serviço Público DASP (1938), o Conselho Federal do Comércio Exterior CFCE (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças CTEF (1937), a Coordenação de Mobilização Econômica CME (1942), a Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial CNPIC (1944) e a Comissão do Planejamento Econômico CPE (1944).

Se no limiar do processo, 1930, embora fortemente marcada por uma mudança prioritariamente no campo político-institucional, não é possível encontrar na Aliança Liberal o desenho minimamente consistente de um rompimento com o modelo primário-exportador e/ou o “abraço” à causa industrialista e, em 1945, o aparelho de Estado está alinhado à industrialização, há, portanto, fortes indícios que sugerem que o deslocamento de uma vocação agrária para uma vocação industrial coincidiu com o intervalo em questão.

Em outras palavras, a Revolução de 1930 explicitou um novo arco de alianças e um novo grupo operador – aquele que se constitui no poder. Esse grupo foi sintetizado na figura de Vargas, liderança capaz de utilizar estratégias diversas para dar coesão aos variados segmentos que se abrigavam e muitas vezes conflitavam no subterrâneo dessa aliança. O Estado forjado por Vargas mediou essa transformação estrutural da sociedade, fez conformação de interesses de classes, principalmente entre as frações burguesas, num bloco de interesses que não tinha, em 1930, compromisso ideológico explícito com a indústria e, 1945, ao fim do Estado Novo, percebe uma nítida vinculação entre Estado e industrialização.

Desta forma, nos anos 30, a industrialização brasileira engendrou uma arquitetura de Estado que se colocou a serviço do projeto de industrialização e, conseqüentemente, da nação. Conforme Cepêda (2010), nesse período, está se construindo um suporte mental da racionalidade econômica como substrato da vida política e social, no qual há um deslocamento semântico (entre 1906 e 1948) que “impôs o projeto de desenvolvimento industrialista como política de Estado, identificando-o como projeto nacional” (CEPÊDA, 2010, p.222).

Se antes de 1930 as diretrizes do liberalismo aos moldes brasileiros garantiam uma economia mercantil-exportadora e regionalista, a paulatina ação do Estado, no pós-30, propiciou a consolidação das estruturas necessárias ao avanço do capitalismo industrial brasileiro, cujas vicissitudes desembocaram na promoção e sustentação do modelo industrial com legitimidade perante amplos setores sociais. No entanto, mais do que a

disputa ideológica entre liberalismo e organicismo, a reconfiguração dos anos 30 traz um elemento significativo em relação à mudança do modelo econômico nacional: “o afastamento dos valores liberais que sustentavam a vocação agrária e a crescente inclinação ao modelo intervencionista do planejamento e defesa da industrialização” (CEPÊDA, 2010, p. 209). Diante da crise do padrão mercantil exportador, o Estado foi assumindo o papel de propulsor da indústria e regulador da força de trabalho, tornando-se central no Novo modelo de acumulação capitalista que se abria.

Assim, admitiu a presença política da classe operária, reconhecendo sua capacidade reivindicativa e sua cidadania ao promulgar a legislação trabalhista e as bases da montagem da estrutura sindical, porém, sob escopo autoritário e corporativista. Wanderley Guilherme dos Santos (1979) apontou como a construção da cidadania esteve vinculada à variável profissional, dependendo, portanto, da inserção no mundo da produção. Dessa forma, a cidadania no Brasil adquiriu um caráter de cidadania regulada cuja raiz se encontra num sistema de estratificação ocupacional que, conseqüentemente, distanciava-se dos direitos civis e políticos. O reconhecimento legal dos direitos sociais passava pela esfera do Estado, no qual o Ministério do Trabalho, via legislação trabalhista, definia quem era ou não cidadão de acordo com parâmetros, sobretudo com a carteira de trabalho e a regulamentação das profissões e sindicatos.

O ideário corporativista viria então para amenizar os conflitos de classes existentes na sociedade civil, uma vez que disfarça os interesses privados ao imprimi-los no público. O Estado, acima de todas elas, realizaria a harmonia social e organizaria a sociedade civil através de corporações profissionais. Foi o que aconteceu com experiência da representação classista, no contexto constitucional de 1933-34, e nos Conselhos Técnicos, implantados no Estado Novo. Em contrapartida, a estrutura corporativista seria fundamental para nacionalizar os interesses privados, construindo um projeto hegemônico em torno do novo padrão de acumulação capitalista, uma vez que consistia na absorção do privado no público. Portanto, a construção/imposição desse nacionalismo sustentaria o projeto de desenvolvimento varguista em gestação.

Logo, o projeto de modernização fundado na “Era Vargas” não deixaria de assumir um caráter conservador, privado de reformulação da estrutura socioeconômica já existente, e adequando (via cooptação e burocratização) os novos atores e interesses ao sistema político. Ademais, a estrutura de redefinição do pacto foi operada pelas próprias oligarquias, redundando numa ampla renovação das elites dirigentes, proporcionando então, em grande medida, os contornos de uma modernização conservadora.

As relações no campo continuavam intocadas. A manutenção do latifúndio, a exclusão dos trabalhadores rurais da legislação trabalhista, expressavam o reforço do vínculo do novo governo com as elites agrárias. Basta retomar as análises de Fiori (1994) acerca do pacto conservador subjacente ao modelo de desenvolvimento brasileiro para perceber como a questão agrária se cristaliza no novo pacto. Para o referido autor, a primeira questão que circunda o pacto desenvolvimentista é a intocabilidade da estrutura fundiária e o veto a qualquer tipo de reforma agrária,

resultando na entronização dos interesses do capital agroexportador como condição do pacto industrializante. Embora houvesse no processo de 1930 uma potencialidade indireta para reduzir os domínios das oligarquias regionais, via centralização do poder, Fiori considera que o Estado brasileiro, ainda que autoritário, foi fraco diante dos interesses privados, gerando uma economia socialmente excludente.

Portanto, acomodaram-se, agora absorvidos e centralizados no Estado, os velhos e os novos interesses de setores dominantes, fundamentando um suposto Estado de compromisso. É a emergência do Estado Leviatã – todo poderoso – que se impõe a todos e garante a sobrevivência do conjunto. É a primazia do Estado em todos os níveis da sociedade brasileira para operar a transição para a modernidade.

Se observarmos, portanto, o cenário entre 1930 e 1980, pode-se identificar por um lado à burguesia industrial com interesses ampla e diretamente privilegiados com as políticas de Estado e, por outro, o setor agroexportador, embora alvo de 1930, também se constituiu beneficiário do processo ao ter as relações sociais e de propriedade no campo inalteradas. Analisar a relação entre indústria e terra no pacto varguista escapa à alçada deste trabalho. Mas é fato que essa estrutura mescla industrialização e concentração fundiária e se constituiu no elo balizador do desenvolvimento brasileiro, forjando nosso modelo de modernização com exclusão social.

2. Projeto de desenvolvimento brasileiro e América Latina: industrialização no primeiro governo Vargas.

Ao longo dos onze volumes de *A Nova Política do Brasil*, percebemos diferentes atuações do governo brasileiro sobre países da América Latina. Mas, quais países estão presentes nos discursos? Aparecem com maior frequência Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia e de forma muito pontual, Peru, México, Chile, Equador e Venezuela. Ou seja, países que integram a América do Sul.

Cabe ressaltar que a expressão América Latina não aparece nos discursos. Quando Vargas se relaciona à região, utiliza expressões como: *cooperação regional*, *pan-americanismo* e *continentalismo*. Ainda que os Estados Unidos também estejam presentes nos discursos (sobretudo no contexto da guerra), o fato é que quando Vargas utiliza o termo *continentalismo* ou *continente americano*, o que está subjacente à ideia é a América do Sul. A defesa de uma política de integração ou unidade americana sempre está acompanhada do argumento da necessidade de pacto entre os países com o mesmo passado colonial, que legaram uma condição semelhante: fornecedores de matérias primas e importadores de produtos manufaturados.

Acreditamos que é justamente essa questão, a identificação do passado colonial como entrave para o desenvolvimento e *autossuficiência econômica*, que aproxima o Governo aos países vizinhos. Isso não implica afirmar que as condições históricas

comuns significariam uma superação coletiva dessa situação, mas sim que ao perceber as particularidades desse cenário, o que hoje chamaríamos de economias periféricas, o Governo passou a ter uma atuação mais efetiva de aproximação e integração regional.

No início não há muitas referências aos países latino-americanos. As primeiras somente aparecem no final de 1933, com caráter de aproximação diplomática. O primeiro país a aparecer nos discursos é a Argentina, seguida pelo Uruguai.

A partir de 1935, há importantes alterações sobre as relações com esses países. Entre junho e agosto, Vargas visita Argentina e Uruguai, cujos discursos se direcionam a uma retomada histórica de nossas relações com eles e, concomitantemente, à argumentação de colaboração entre trocas comerciais entre eles.

A aproximação do Governo com essas nações ocorre posteriormente à criação de importantes órgãos brasileiros que tinham como finalidade o estudo dos problemas brasileiros e das potencialidades brasileiras para melhor inserção no cenário comercial internacional. O Ministério das Relações Exteriores tinha o objetivo de orientar a política externa brasileira nos assuntos econômicos; já a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos se direcionava à dívida externa e à identificação dos problemas acerca da balança de pagamentos; e o Conselho Federal Comércio Exterior tinha a finalidade de propiciar estratégias para o escoamento interno e externo da produção nacional. Todos esses órgãos foram criados em 1934.

Na primeira metade dos anos 30, o governo estava preocupado com a balança de pagamentos e reestruturação econômica, estabelecendo estratégias de superação dos déficits comerciais. Foi justamente no desenvolvimento dessas intervenções que, em setembro de 1936, o governo apresenta um ponto de inflexão argumentativo acerca das relações comerciais brasileiras: apresenta uma leitura de Brasil que identifica uma relação entre herança colonial, condição econômica e desvantagens nas trocas comerciais, ou seja, fornecemos matérias primas e compramos produtos manufaturados. Isso nos conduz à manutenção do atraso e bloqueio do desenvolvimento econômico.

Há, portanto, uma crítica ao exclusivismo agrário (*vocação agrária*) e uma indicação de superação do atraso pela industrialização (*vocação industrial*). A partir de então, o Governo não apenas apresentou uma possível interpretação sobre o Brasil, como também passou a identificar quais seriam as regiões mais atrasadas e em que situação se encontravam.

Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, enquanto a outra mostra uma evolução econômica acelerada. Exemplos exatos dos dois tipos encontraram nas unidades federais de São Paulo e Mato Grosso. O Brasil mostra, assim, dentro das suas divisas, regiões metropolitanas e zonas coloniais (VARGAS, 1938, v. 5. p. 163, grifos nossos. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

E segue:

O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país. Com as imensas reservas territoriais de que dispomos, será possível formar um grande *mercado unitário*, de capacidade bastante para *absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas recente ocupação*. Por isso mesmo, o nosso país não atingiu ainda a fase em que necessitará de novos territórios ou da conquista de matérias primas. Efetivamente, possuímos quase todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à *autossuficiência econômica*. O que necessitamos nesta etapa de evolução nacional, é levar avante iniciativas extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos (VARGAS, 1938, v. 5, p. 164, grifos nossos Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

Pela primeira vez em *A Nova Política do Brasil*, associa-se a ideia de economias com base em fornecimentos de matérias primas como *colonial e retardado* e a industrialização como capaz de nos conduzir à *autossuficiência econômica*. Diferentemente do período anterior, o problema colocado transcende a questão de matéria prima, da policultura e de mercado (tanto interno quanto externo) para seus produtos.

Apontando a noção de imperialismo como algo próximo à integração do território nacional, esses *dois Brasis* só deixariam de existir com a expansão econômica promovida por um governo central e forte, dotado de recursos suficientes para unificação das fronteiras políticas e fronteiras econômicas. E nesse ínterim o principal desafio era a obtenção de crédito para corresponder a esses propósitos, ou seja, a capacidade efetiva para financiar a expansão econômica, agora muito mais complexa do que no início da década.

Essa movimentação na concepção dos problemas brasileiros do Governo Vargas veio acompanhada do reconhecimento das limitações da economia sul-americana. Ela estaria fundamentada na larga exportação de produtos agrícolas e da pecuária. Com exceção do Chile e da Bolívia, que concentravam suas rendas nos produtos minerais, os demais países não exploravam suas capacidades minerais. E nesse contexto, a questão siderúrgica passou a ocupar um lugar de destaque nos pronunciamentos oficiais.

Em conexão com tais empreendimentos, visando, precisamente, facilitar e garantir a sua execução, instalaremos a grande siderurgia, se necessário, por iniciativa do próprio Estado, ativaremos as pesquisas de petróleo e continuaremos a estimular a utilização, em maior escala, do carvão mineral e do álcool combustível (VARGAS, 1938, v. 5, p. 125. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 31 de dezembro de 1937).

Num primeiro momento, revitalizou a ideia de que a propulsão do progresso econômico nacional dependia da grande siderurgia. Mas, diferentemente do início da década, em 1938 o Governo não apenas apontou a resolução do problema da produção

brasileira, mas também buscou traçar estratégias para instalá-la, dando um novo posicionamento à questão no interior do Estado². Cabe destacar que, na primeira metade dos anos 30, ainda que presente desde a Plataforma da Aliança Liberal, com exceção do discurso *Saldo ouro e o problema siderúrgico*, não se percebe nos pronunciamentos desse período um protagonismo da questão siderúrgica, distintamente do que acontece a partir do Estado Novo.

Por outro lado, a preocupação com a siderurgia contribuiu para a argumentação que vinha se fortalecendo dentro do Estado varguista: a limitação do exclusivismo agrário brasileiro. Segundo o Governo, além de não enfrentar o problema siderúrgico, o Brasil ficou submetido à lógica de comercialização internacional, prejudicial aos países fornecedores de matéria prima, o que dificultava as condições de honrar seus compromissos externos.

[...] a margem de lucros que fica entre os preços médios dos produtos industriais e agrários, os reflexos das crises nacionais na economia do Continente, que se baseia no fornecimento de matérias primas e produtos de alimentação, deixam-nos e situação difícil de satisfazer compromissos [...] Os preços ouros dos produtos agrários dessangram os países que vivem principalmente de exportar matérias primas. É uma espécie de colonato econômico quase insuperável (VARGAS, 1938, v. 5, p. 176. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

Ao explorar intensivamente esses recursos minerais, haveria possibilidade de criar uma resistência econômica capaz de aumentar nosso valor ouro no intercâmbio comercial. Parece-nos que a constante preocupação com a elevação do saldo da balança comercial contribuiu para que o Governo Vargas tivesse uma melhor compreensão das limitações da divisão internacional do trabalho. Desde o início observa-se nos pronunciamentos oficiais o desafio do equilíbrio da balança comercial e de pagamentos.

Portanto, a percepção dos limites dos países agrários exportadores redimensiona a atuação do governo em relação aos países latino-americanos. Nesse sentido, a Marcha para o Oeste, importante ponto de ligação sobretudo com Bolívia e Paraguai, tem por finalidade abrir mercado para a integração comercial e de matérias primas. Segundo ele, “era preciso dotar o país, nas suas fronteiras do Oeste, de meios suficientes à vigilância regular das águas do rio Paraguai e de instalações capazes de auxiliar o tráfego fluvial, as comunicações e todo intercâmbio da região” (VARGAS, 1943, v. 9, p. 42-43. Discurso inaugurando o dique seco de as remodelações do arsenal de Ladário, em 30 de julho de 1941).

² Segundo Vargas, em 1938, havia as seguintes possibilidades: “(1) pelo Estado, com o levantamento de capitais estrangeiros ou mediante financiamento à base do minério exportado; (2) com capitais mistos, do Estado e de empresas particulares nacionais; (3) por empresas particulares nacionais, com capitais próprios e estrangeiros, e controle do Estado. O governo está disposto a resolver o problema e pronto a receber quaisquer propostas idôneas, dentro das condições indicadas” (VARGAS, 1938, v. 5, p. 180. Entrevistas a imprensa do país, em Petrópolis, em 19 de fevereiro de 1938 e, em São Lourenço, em 22 de abril de 1938).

Nesse interim, o desenvolvimento dos transportes seria fundamental e condicional para a expansão brasileira. Ao se referir à estrada de Corumbá (Brasil) – Santa Cruz (Bolívia), Vargas acentua:

Abrindo o *hinterland* boliviano acesso fácil aos portos da bacia do Paraguai e do Atlântico, ela será capaz de transformar as zonas escassamente habitadas que vimos de atravessar. [...] Com a progressão dos trilhos virá o saneamento das zonas agrícolas e urbanas, o melhoramento do padrão de vida do povo, o aumento de sua capacidade aquisitiva e, conseqüentemente, índices mais altos de progresso (VARGAS, 1943, v. 9, p. 42-43. Discurso pronunciado por ocasião do almoço realizado na estação Palmito, onde se encontra a ponta de trilhos da estrada de ferro Brasil-Bolívia, em 29 de julho de 1941).

Percebe-se nesse trecho que a preocupação do Governo não era apenas o escoamento da produção, mas também a possibilidade de conquista de mercados consumidores para produtos industrializados brasileiros. Assim, parece-nos plausível apontar que os principais interesses do Brasil em relação à América Latina consistiam em: obtenção de matéria-prima, escoamento da produção nacional e conquista de mercado consumidor, sendo o desenvolvimento dos transportes (ferrovias e bacias fluviais) estratégico para o sucesso desse projeto.

Considerações Finais

Ao acompanhar os onze volumes de *A Nova Política do Brasil*, percebe-se que o Governo Vargas foi reposicionando suas concepções acerca da economia nacional a partir da compreensão dos problemas externos e internos. O cenário internacional mostra-se como elemento chave na percepção de Vargas acerca da inserção do país na divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, o que permanece constante nos discursos ao longo de todo período é a preocupação com a balança de pagamentos, seja para reorganização financeira e orçamentária, seja para conter as remessas de divisas para o exterior. A partir dela propôs o fortalecimento do mercado interno, a policultura e a diversificação da exportação, a redefinição da política do café, a orientação da importação de acordo com as necessidades das indústrias que utilizavam matéria prima nacional, a exploração racional dos recursos energéticos, a renegociação da dívida externa. Concomitantemente, propõe a necessidade de controlar os recursos naturais, com especial atenção ao problema siderúrgico, uma vez que esses elementos nos diferenciavam no cenário mundial.

No entanto, a partir de 1936, o Governo Vargas foi percebendo as limitações das trocas de produtos agrários por manufaturas, sugerindo uma possível desvantagem no processo comercial. À medida que esse processo foi se intensificando, sobretudo após 1938, Vargas passou a associar o exclusivismo agrário à estrutura econômica semicolonial e, portanto, ao atraso. Por outro lado, começou a conceber a

industrialização dos recursos enérgicos como alternativa para o rompimento com a herança colonial. A tríade *ferro, carvão e petróleo* conduziria o Brasil a uma economia *autônoma, autossuficiente* e capaz de conduzir o país ao *bastar-se a si mesmo*.

A disparidade entre a fronteira política e a fronteira econômica evidenciava a existência de dois Brasis: um marcado pelo atraso e outro de economia acelerada e industrial. Somente o imperialismo, liderado por um Estado central forte seria capaz de “formar um grande *mercado unitário*, de capacidade bastante para *absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas recente ocupação*” (VARGAS, 1938, vol. 5, p. 164, grifos nossos), rompendo assim com nosso passado colonial.

A partir de 1940, quando tais concepções tornaram-se ainda mais evidentes, o Governo Vargas já havia realizado a passagem para *vocação industrial*. E então, diante da Guerra, a questão central direcionou-se a capitação de recursos para implementar as bases dessa economia industrial.

As referências em relação à América Latina seguem a mesma dinâmica. Enquanto o governo tinha como principal objetivo a superação do problema econômico pela via da exploração das potencialidades da policultura, mantinha uma aproximação diplomática e cooperativa com a Argentina e com o Uruguai. A medida que percebe os problemas do exclusivismo agrário, o passado colonial como entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, o governo concentra suas atuações na Marcha para o Oeste e aposta no estreitamento de laços com a Bolívia e o Paraguai. As referências aos dois primeiros países praticamente desaparecem após 1939. Quando há, são pontuais e direcionadas à integração do continente americano. Em contrapartida, os dois últimos tiveram uma progressiva ênfase nos discursos estatais, aparecendo sempre quando há necessidade de reforçar o argumento da cooperação regional.

Uma possível explicação desse reordenamento geopolítico, que precisa ser melhor estudada, seria a possibilidade ter maior de influência sobre os governos paraguaios e bolivianos, dado a posição de destaque do Brasil no desenvolvimento econômico latino-americano. Aspecto que não se repete nos casos da Argentina e Uruguai, seja pela a histórica rivalidade, seja por esses países serem economicamente mais organizados.

Ao observamos nos discursos o lugar da América Latina no desenvolvimento brasileiro, durante o primeiro governo Vargas, parece plausível a ideia de que o Brasil via na integração com países vizinhos a possibilidade de um *imperialismo* regional que servisse o desenvolvimento brasileiro, e não necessariamente a superação da condição histórica da herança colonial latino-americana. Superação do atraso sim, mas primordialmente da situação brasileira.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Pedro. Paulo. Zahluth. Qual era o projeto econômico varguista? In: **Estudos Econômicos**. São Paulo, v.41, nº2, 2011, pp. 345-382

_____. Raízes do Desenvolvimento: sonhos prussianos e cooperação pan-americana no Estado Novo. In: **Novos Estudos**. Nº71, março 2005. pp.127-143.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930/1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CEPÊDA, Vera. Alves. O sentido da industrialização: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador**. Ideias e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010. pp. 206-232

CORSI, Francisco Luiz. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. **Política & Sociedade**, v. 7, n.12 abril de 2008. p. 67-93.

_____. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FIORI, José. Luis. Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras: Leitura Política de uma Industrialização Tardia. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, 1990.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

FONSECA. Pedro C. Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v.23, nº1 (89), janeiro/março, 2003.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LUCA, Tânia Regina. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.31nº61 pp.296, 2011.

PELÁEZ, C. M. **História da Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed.Unicamp, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de capitais ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo (1930-1931)*. 1938. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 1.

_____. *A nova política do Brasil: O ano de 1932: A Revolução e o Norte: 1933*. 1938. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 2.

_____. *A nova política do Brasil: A realidade Nacional de 1933: Retrospecto das realizações do Governo, em 1934*. 1938. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 3.

_____. *A nova política do Brasil: Retorno à terra natal: Confraternização sul-americana: A Revolução Comunista: Novembro de 1934 a Julho de 1937*. 1938. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 4.

_____. *A nova política do Brasil: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938*. 1938. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 5.

_____. *A nova política do Brasil: Realizações do Estado Novo [de] 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939*. 1940. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 6.

_____. *A nova política do Brasil: No limiar de uma nova era [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940*. 1940. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 7.

_____. *A nova política do Brasil: Ferro, Carvão, Petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941*. 1941. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 8.

_____. *A nova política do Brasil: O Brasil na guerra: 14 de julho de 1941 a 1 de janeiro de 1943*. 1943. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 9.

_____. *A nova política do Brasil. O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944*. 1944. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 10.

_____. *A nova política do Brasil. O Brasil na Guerra: 1º de julho de 1944 a 30 de outubro de 1945*. 1947. Rio de Janeiro: José Olympio. v. 11.